

GERALDO DE OLIVEIRA VIDAL

**Manuel Azaña líder da República Espanhola. Discursos do início da
República (1930 – 1931)**

São Paulo

2013

GERALDO DE OLIVEIRA VIDAL

Manuel Azaña líder da República Espanhola. Discursos do início da República
(1930 – 1931)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
à Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo/COGEAE para obtenção do título de
Pós-Graduação no curso de Especialização
em História, Sociedade e Cultura.

Área de concentração: História

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rago Filho

São Paulo

2013

Nome: VIDAL, Geraldo de Oliveira

Título: Manuel Azaña líder da República Espanhola. Discursos do início da República (1930 – 1931)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/COGEAE para obtenção do título de Pós-Graduação do curso de Especialização História, Sociedade e Cultura.

Aprovado em:

Banca Examinadora

À minha esposa, com amor, admiração e gratidão por sua
compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do
período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Flávia Maria, responsável por tudo de bom que tem acontecido em minha vida.

Aos professores do curso de História, Sociedade e Cultura por todo o aprendizado.

Ao orientador Antonio Rago Filho por todas as orientações ao longo do curso.

A todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram para a conclusão deste curso.

La República no puede surgir como un mal menor, originado en la podredumbre y corrupción de un régimen, sino como criatura de nuestra energía, fecunda y activa, segura de si misma. La República tendrá que combatir con una mano mientras edifica con la otra. Los tiempos serán entonces más difíciles que los actuales, porque habremos echado sobre nosotros la responsabilidad del porvenir de España.

Manuel Azaña

RESUMO

VIDAL, G. O. **Manuel Azaña, líder da República Espanhola. Discursos do início da República (1930 – 1931)**. 2013. 48 f. Pós Graduação História, Sociedade e Cultura, PUCSP, COGEAE, 2013.

O trabalho que está sendo apresentado agora é fruto dos estudos desenvolvidos no curso de História Sociedade e Cultura entre 2010 e 2012. As aulas sobre a Guerra Civil Espanhola, ministradas pelo professor Antonio Rago Filho me levaram a aprofundar reflexões sobre a Segunda República Espanhola (1931 – 1939), sobre suas propostas, líderes e impasses, que marcaram aquele país durante a década de 1930 do século XX. Foram essas reflexões que me levaram a Manuel Azaña, líder mais importante do período republicano e autor de uma série de propostas ainda discutidas. Azaña deixou extensa e variada produção, nos campos literário e político: romances, artigos, obras de crítica literária e discursos. Ainda que tenha iniciado sua atividade política tardiamente, ele se tornou um importante pensador e formulador de políticas que visavam à construção de uma Espanha mais democrática e justa, que superasse séculos de atraso, concentração de renda e moralismo exacerbado, fundamentado no catolicismo mais conservador. O texto que segue visa contribuir para uma maior compreensão da Segunda República Espanhola e das propostas que nortearam sua criação e seu desenvolvimento, para isso irá apresentar um breve histórico da sociedade espanhola, uma síntese biográfica de Manuel Azaña, destacando as características fundamentais de sua produção intelectual e de sua atuação política e as propostas defendidas por ele em alguns de seus discursos mais marcantes proferidos no início do período republicano.

Palavras-Chave: Espanha - República - Guerra Civil

ABSTRACT

Vidal, G. O. **Manuel Azaña, leader of spanish republic: speeches form the beginning of the republic (1930 – 1931)**. 2013. 48 f. Post-Graduation in History, Society and Culture, PUCSP, COGEAE, 2013.

The paper that is being presented, is now the result of studies developed in the History, Society and Culture Course between 2010 and 2012. The classes about Spanish Civil War given by Professor Antonio Rago Filho, let me to deepen thoughts about the Spanish Second Republic (1931- 1939), about their proposals, leaders and deadlocks, that has marked that country during the 30's of the XX century. These thoughts were those that led me to Manuel Azaña, the most important leader during republican time and author of a number of proposals yet discussed. Azaña made extensive and varied production, in literary and political fields: romances, articles, works of literary criticism and speeches. Although he had started his political activity late, he became an important thinker and political formulation, who aimed the construction of a more democratic and fair Spain, to overcome centuries of delay, income concentration and exacerbated moralism, based on the most conservative Catholicism. The text that follows is intended to contribute for a higher comprehension of the Spanish Second Republic and for the proposals that guided its creation and development, for it will present a brief history of the Spanish society, a summary biography of Manuel Azaña, highlighting the fundamental characteristics of his intellectual production and of his political procedure and his proposals defended by him in some of his most striking speeches uttered in the beginning of the republican time.

Key-words: Spanish – Republic – Civil War

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: ESPANHA.....	13
CAPÍTULO 2: MANUEL AZAÑA.....	21
2.1 : Formação e atuação como intelectual	21
2.2 : Atuação política de Azaña.....	26
CAPÍTULO 3: OS DISCURSOS DE AZAÑA: DEFESA DA REPÚBLICA E DA DEMOCRACIA.....	31
3.1: Azaña: o grande orador	31
3.2: Os discursos de Azaña	34
3.2.1: Discurso no banquete republicano de 11 de fevereiro de 1930	34
3.2.2: Discurso no comício do Partido de União Republicana Autonomista em Valência, no dia 07/06/1931.....	36
3.2.3: Discurso no banquete oferecido pela Ação Republicana aos seus candidatos a deputados em 17/07/1931	39
3.2.4: Sessão das Cortes de 13/10/1931	42
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

O trabalho que está sendo apresentado agora é fruto dos estudos desenvolvidos no curso de História Sociedade e Cultura entre 2010 e 2012. As aulas sobre a Guerra Civil Espanhola, ministradas pelo professor Antonio Rago Filho me levaram a aprofundar reflexões sobre a Segunda República Espanhola (1931 – 1939), sobre suas propostas, líderes e impasses, que marcaram aquele país durante a década de 1930 do século XX. Foram essas reflexões que me levaram a Manuel Azaña, líder mais importante do período republicano e autor de uma série de propostas ainda discutidas.

A sociedade espanhola, polarizada por séculos de opressão e desigualdade, dominada por uma elite católica ultraconservadora, viveu nos anos 30 do século passado um período de intensas mudanças, de instalação de um regime republicano que tentava construir um novo país, marcado pela laicidade e justiça social, de atuação contundente de forças populares organizadas em torno de diferentes correntes ideológicas de esquerda e de desenvolvimento de ideias fascistas. O resultado foi um confronto que, ainda que fundamentalmente espanhol, envolveu as correntes ideológicas que dominavam o cenário internacional, a ponto de ser considerada por muitos como um ensaio geral da Segunda Guerra Mundial.

É nesse contexto que se situa a figura de Manuel Azaña, intelectual e político que ocupou uma posição central na história da chamada Segunda República Espanhola (1931–1939), exercendo os cargos de Ministro da Guerra, Primeiro Ministro e Presidente da República por duas vezes, entre 1931 e 1933 e entre 1936 e 1939. Impossível, portanto tratar da república naquele país sem abordar a atuação de seu mais importante líder.

Azaña deixou extensa e variada produção, nos campos literário e político: romances, artigos, obras de crítica literária e discursos. Dentre suas obras destacamos seus cadernos de memórias, diários escritos durante suas passagens pelo poder no regime republicano, que foram revisados pelo autor no curto período de exílio na França, antes de sua morte, e reunidos na obra “Memorias Políticas y de Guerra”, dividida em dois volumes, cada um dedicado a uma de suas passagens pelas instâncias maiores de decisão na Espanha.

Dentre todas as produções de Azaña os discursos sempre são citados como elementos de destaque, onde o reservado D. Manuel Azaña se transformava no tribuno mais temido da Espanha, um dos maiores oradores de seu tempo. Ele proferiu muitos discursos, sempre marcados por construções elaboradas, forte argumentação e um raciocínio rápido, sempre

muito bem fundamentado, especialmente quando tem como base a história, o passado de seu povo.

Azaña discursou sobre variados temas e em diferentes contextos, desde banquetes até grandes comícios onde os ingressos eram vendidos, mas sua maior regularidade temática ficou centrada em questões como a Democracia, o papel do Estado, a participação das massas na política, a influência da Igreja Católica na Espanha e as virtudes de um sistema educacional laico para a modernização de seu país e a promoção da justiça social.

A partir das informações acima, desenvolvi um trabalho que se constitui como uma introdução ao pensamento de Azaña, resgatando momentos significativos de sua trajetória pessoal e política e analisando alguns dos discursos elaborados por ele em seu momento de ápice, o período de implantação da República e de sua ascensão ao cargo de primeiro ministro republicano, nos anos de 1930 e 1931. O objetivo é contribuir para o conhecimento e a reflexão acerca do regime republicano espanhol através das ideias de sua principal liderança.

A bibliografia utilizada tem como referências fundamentais as obras de Santos Juliá, tanto a biografia de Manuel Azaña (JULIÁ, 2009) quanto à coletânea de discursos de onde foram retirados aqueles que foram objeto do presente estudo (JULIÁ, 2004), e de Ángeles Egido Leon (LEON, 1998) que também produziu uma extensa biografia do líder republicano. Sobre a Espanha utilizei as obras de Pierre Vilar (VILAR, s/d e VILAR, 1989), Josep M. Buades (BUADES, 2006 e BUADES, 2013) Antony Beevor (BEEVOR, 2007) e Pierre Broué (BROUÉ, 1992).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Na primeira parte será apresentada uma breve história da Espanha, desde o início da ocupação do território até o período em que Azaña viveu, destacando o processo político de formação do Estado espanhol e as transformações sofridas por ele ao longo do tempo.

Na segunda parte teremos uma biografia de Azaña, com destaque para a formação pessoal e intelectual do líder republicano, bem como para sua trajetória política, apontando suas experiências na vida pública, tanto em instituições como o Ateneo de Madrid quanto na liderança política e na administração pública.

Na terceira parte serão analisados alguns discursos proferidos por Azaña no processo de transição da monarquia para a República e no começo do período republicano, quando se debatiam as diferentes propostas para a realização da Assembleia Constituinte do novo regime. Os discursos selecionados foram: 1- Discurso no banquete republicano de 11 de Fevereiro de 1930; 2- Discurso no comício do Partido de União Republicana Autonomista em

Valência, no dia 07/06/1931; 3- Discurso no banquete oferecido pela Ação Republicana aos seus candidatos a deputados em 17/07/1931; 4- Sessão das Cortes de 13/10/1931.

As informações recorrentes, as propostas ligadas ao funcionamento do regime republicano, os alvos das críticas e os argumentos utilizados por Azaña para defender suas ideias serão analisados nesta parte do trabalho.

No final, algumas considerações discutindo as ideias de Azaña e sua importância para o período estudado.

CAPÍTULO 1 – ESPANHA

No início de seu livro “História de Espanha” (Lisboa, Editorial Gleba, s/d), o historiador Pierre Vilar faz uma breve descrição da Península Ibérica

(...) Entre a África e a Europa, entre o oceano e o Mediterrâneo, a Península é uma encruzilhada estranhamente atravancada, na verdade. Quase uma barreira. Todavia local de encontros, onde, desde os tempos mais recuados, se têm infiltrado e defrontado os homens e as civilizações, deixando os seus vestígios. (VILLAR, s/d, p. 10/11)

A presença humana na Península é antiquíssima, um sítio arqueológico localizado na serra de Atapuerca apresenta os vestígios humanos mais antigos da Europa, datados de aproximadamente 1,2 milhão de anos (BUADES, 2006), desde então foram muitos os povos que habitaram este território, contribuindo de diferentes maneiras para a formação dos povos que constituem a Espanha e o Portugal contemporâneos. Celtas, Fenícios, Gregos, Romanos, Germânicos, Árabes e Bérberes tiveram presença destacada nesse longo processo, que não suprimiu particularidades marcantes, como a que caracteriza os bascos, que ocupam parte do norte da Espanha desde a antiguidade.

A denominação Espanha surgiu com os Fenícios e se consolidou durante o período romano, com a província da Hispânia, marcado pelo desenvolvimento intenso da produção agrícola e pela difusão do catolicismo (VILLAR, s/d). Com a decadência romana e as invasões dos povos germânicos, o território espanhol viveu um período de mudanças e conflitos que culminou com a formação do Reino Visigótico e a posterior invasão e conquista da grande maioria do território ibérico pelas forças muçulmanas, no século VIII, que se estabeleceram ali por muito tempo, trazendo importantes contribuições para o desenvolvimento do território, que chamavam de “Al Andaluz”.

O processo de luta dos reinos cristãos, surgidos no norte da península, contra os muçulmanos, conhecido como Reconquista, constituiu-se como elemento fundamental na construção da identidade espanhola, ao mesmo tempo católica e guerreira, forjada por um espírito de Guerra Santa. A nobreza, mesmo dividida e, muitas vezes, vivendo conflitos internos, disputas por terra e poder, teve destacada atuação tomando a frente dos combates, enquanto o clero:

(...) habituado, por séculos a formar o quadro ideológico de toda a sociedade (...) tornou-se um clero militante e mesmo militar, que não se assusta (muito pelo contrário) com a ideia de luta armada em favor da fé e de seus representantes e que reivindica abertamente a direção espiritual (e em parte material) da sociedade. (VILLAR, s/d, p.20)

A união de interesses e práticas entre nobreza e igreja, fruto da aliança na retomada do território aos muçulmanos, moldou o Estado espanhol e foi determinante na manutenção do status quo e da estrutura fundiária e produtiva da Espanha. De acordo com Cortázar e Vesga (2012) a unificação do território em torno das monarquias de Castela e Aragão não produziu, ainda que existissem no território da Espanha regiões caracterizadas por um claro dinamismo econômico, como a Catalunha, uma economia mercantil e urbana. Nas palavras de Pierre Villar:

Na constituição da Espanha Moderna (em particular na conquista colonial que ela empreenderá) o que dominará os hábitos da vida, as fórmulas do pensamento, será ainda a herança da longa luta medieval, a concepção territorial e religiosa da expansão, e de modo nenhum a ambição comercial e econômica. A esta continuidade do espírito castelhano, reconquistador e medieval – tão profundamente oposto aos fenômenos nascentes do capitalismo – deverá o poderio espanhol a sua originalidade, as suas grandezas e seguramente também algumas de suas fraquezas. (VILLAR, s/d, p.28 e 29).

Os Habsburgo, porém, não conseguiram estabelecer uma centralização total, muitas instituições locais continuaram existindo por muito tempo, como as cortes dos diferentes reinos e as alfândegas (BUADES, 2006). Os regionalismos continuaram existindo e se tornaram fonte de conflitos ao longo da história espanhola, tornando-se traço característico daquele país.

Em outra frente, as minorias religiosas dos judeus e dos muçulmanos eram eliminadas por meio da conversão forçada ou da simples expulsão. Essas medidas foram especialmente sentidas nos setores produtivos (tanto de gêneros agrícolas quanto de produção artesanal), no comércio e nas finanças, onde judeus e mouros desempenhavam papéis extremamente importantes (CORTÁZAR; VESGA, 2012). Se a expulsão dos mouriscos prejudicou a base da produção de diversos gêneros, a dos judeus privou a Espanha de um grupo de investidores e negociadores de grande experiência, que migraram em direção ao norte da África, ao Oriente Médio e ao norte da Europa.

Os judeus que ficaram na Espanha, convertidos ao catolicismo, sofreram com discriminação e perseguições, tornando-se vítimas preferenciais da poderosa Inquisição, que

se instalou na Espanha com a unificação. Esta instituição cumpriu importante papel na consolidação do Estado espanhol, pois

A ideia de uma Espanha unida não só política, mas também espiritualmente ganhou força durante a época dos Reis Católicos (...) A coexistência de uma minoria judia no meio de uma população majoritariamente católica foi vista como um problema político e social (BUADES, 2006, p.95)

Para homens como Tomás de Torquemada ou o Cardeal Cisneros as cruzadas continuaram ocorrendo dentro do reino espanhol. A presença desse espírito cruzadista ao longo da história da Espanha moderna será levada para o outro lado do Oceano Atlântico.

As terras conquistadas no continente americano foram exploradas de modo a realizar projetos e ambições da família real Habsburgo, dona de extensas porções do território europeu no período, e de seus lugares tenentes da nobreza ibérica, bem como de promover o crescimento e a grandeza da fé católica. O enorme volume de recursos gerados pela prata colonial reforçou ainda mais o distanciamento entre os espanhóis e o nascente universo burguês comercial e manufatureiro. De acordo com Perry Anderson,

Nenhum outro grande Estado absolutista na Europa ocidental viria a ter um caráter tão aristocrático, ou infenso ao desenvolvimento burguês. O próprio acaso de seu precoce controle das minas da América, com sua economia de extração tosca, mas lucrativa desmotivou-o de promover o crescimento das manufaturas ou de fomentar a difusão da empresa mercantil no seio de seu império europeu. (ANDERSON, P. 1989, p.59)

Segundo Kennedy (1989), a prata americana levou a Espanha a se tornar a grande potência europeia do século XVI, tanto no aspecto econômico quanto no político. Para manter essa condição e garantir o prestígio de seus monarcas Habsburgo, bem como em defesa do catolicismo no cenário europeu, os exércitos espanhóis travaram uma série de conflitos que duraram mais de 100 anos, adentrando pelo século XVII, exaurindo os recursos provenientes das colônias e desequilibrando as contas no próprio território espanhol, levando o país à bancarrota e a uma posição de coadjuvante na política europeia a partir de então (CORTÁZAR; VESGA, 2012). Desta forma,

Os custos enormes de 140 anos de guerras foram, portanto, impostos a uma sociedade que estava economicamente mal preparada para assumi-los. Os monarcas Habsburgo recorreram a vários expedientes (...) desastrosos para o bem do país, a longo prazo. Os impostos eram constantemente aumentados por todos os meios, mas raramente recaíam sobre aqueles que os poderiam suportar mais facilmente (...) grandes empréstimos de banqueiros, garantidos

pelos futuros tributos ou pelo tesouro americano (...). (KENNEDY, 1989, p. 60).

No século XVIII, o início do período da dinastia dos Bourbon, de origem francesa, a Espanha passou por algumas mudanças internas e na relação com as colônias americanas. O governo de Felipe V “trouxe mudanças importantes à administração pública, como a maior centralização política e a eliminação de muitas particularidades regionais (...)” (BUADES, 2013, p. 12). A obra centralizadora iniciada pela dinastia Habsburgo foi consolidada de forma indiscutível pelos Bourbon, incluindo a imposição do castelhano a todo o território e a continuidade da forte união com a Igreja Católica.

Foi no século XVIII, também, que as ideias liberais chegaram à Espanha levadas pelo Iluminismo e desfrutando de uma moderação da pressão monárquica e inquisitorial durante o governo de Carlos III. Foi um período em que a maçonaria se fez presente em território espanhol e passou a atrair bom número de oficiais do exército, além de expoentes de uma nascente classe média urbana, que se tornará grande força do liberalismo espanhol a partir de então (BEEVOR, 2007).

Esse período também foi marcado por uma nova visão das colônias americanas, considerando e buscando explorar de forma mais eficiente as enormes riquezas dos territórios ultramarinos. Na própria Espanha houve uma dinamização maior da economia, com o incentivo à criação de manufaturas, especialmente de produtos de luxo destinados a elite, e às atividades comerciais, com a quebra dos privilégios das corporações e das exigências da “Limpieza de Sangre”, comprovação da ausência de sangue judaico ou mouro na família, para a atuação no mercado.

O resultado foi, segundo Pierre Vilar, “uma adaptação da Espanha ao capitalismo: entre 1787 e 1797 o número dos fabricantes e dos comerciantes é acrescido de duzentas e cinquenta mil unidades à custa das classes não produtoras.” (VILAR, s/d, p.55). Essas mudanças, no entanto não representaram uma superação do modelo existente, o país continuou sendo atrasado em relação às potências europeias, a mentalidade e os privilégios da nobreza e da Igreja continuaram intocados, O Código do Hidalgo, e seu desprezo pelas formas produtivas de ganhar dinheiro continuava vigente, a Igreja continuou cheia de privilégios e possessões, o próprio Vilar constata que “Em 1877 contam-se ainda, em Espanha, 17 cidades, 2358 vilas, 8818 aldeias submetidas à jurisdição dos senhores, 3 cidades, 402 vilas, 1280 aldeias submetidas ao patronato eclesiástico das ordens.” (VILAR, s/d, p.56). A desigualdade e as contradições continuavam a marcar a sociedade espanhola.

O início do século XIX trouxe mudanças significativas, principalmente o trauma da ocupação francesa e das lutas pela independência. A invasão napoleônica, fruto dos desdobramentos da Revolução Francesa e da política expansionista desencadeada por Napoleão Bonaparte constituiu-se, inicialmente, como uma mera travessia do território espanhol pelas tropas que invadiriam Portugal, essa invasão acabou colocando José I, irmão mais velho do imperador francês, no trono espanhol, acontecimento que acabou por dividir ainda mais a Espanha, agora entre os conservadores católicos, que desejavam expulsar os franceses e utilizaram intensamente a chamada “Guerrilha” contra os exércitos imperiais, e os “afrancesados” membros da elite ilustrada que viam na ocupação napoleônica uma possibilidade concreta de modernizar a Espanha.

Foi durante a Guerra de Independência que se produziu a Constituição de Cádiz, com um conteúdo liberal, produzida por um pequeno número de constituintes, reunidos com dificuldade em função do conflito. Essa constituição foi mal recebida pelo rei Fernando VII, monarca absolutista que havia sido derrubado pelos exércitos napoleônicos, quando de seu retorno ao trono, afinal no texto constitucional

O rei passava a dispor somente do poder executivo, enquanto os poderes legislativo e judiciário agiriam com autonomia face à vontade do monarca. Estabeleceu-se também uma relação de direitos fundamentais, que asseguravam a inviolabilidade dos cidadãos diante das arbitrariedades da administração. (BUADES, 2006, p. 128)

Nos anos seguintes muitos momentos de tensão política ocorreram como fruto das disputas entre defensores e adversários da constituição. Conservadores e liberais serão duas forças fundamentais da Espanha do século XIX.

Com a morte de Fernando VII os espanhóis mergulharam numa fase de conflitos internos provocados pelo já referido confronto entre liberais e conservadores e por uma questão sucessória envolvendo os partidários da jovem rainha Isabel II e os de seu tio Carlos, que reivindicava a lei sálica introduzida na Espanha pelos Bourbon, proibindo uma mulher de governar o reino. Os “Carlistas”, partidários de D. Carlos, com grande presença na região basca, se constituíram como um forte grupo conservador de inspiração católica fundamentalista, cujas milícias, os “Requetés”, contestaram o poder instituído em vários conflitos, conhecidos como “Guerras Carlistas”.

Os militares apoiaram de forma decisiva os liberais, realizando intervenções em defesa da constituição liberal e da jovem rainha. A Igreja Católica apresentou certa dubiedade em suas posições, ainda que as simpatias pelos absolutistas de D. Carlos fossem muito presentes

entre o clero, firme opositor de tudo que o liberalismo representava. Ao longo do século as intervenções militares, os “pronunciamientos”, tornaram-se cada vez mais frequentes, especialmente na segunda metade, com o crescimento do conservadorismo entre a oficialidade.

Enquanto se debatia em conflitos internos, a Espanha conhecia sérios reveses no campo externo, especialmente com a perda de suas colônias americanas, importante fonte de renda para a manutenção do Estado e da economia espanhola em geral, as colônias que restaram, Cuba, Porto Rico, Filipinas e outras possessões menores continuaram representando papel importante na economia e no orgulho dos espanhóis, que ainda podiam se definir como um povo senhor de um grande império territorial.

A atividade econômica se diversificou durante o século XIX, com o desenvolvimento de atividades industriais ancoradas em uma intensa atividade mineradora no norte, nas Astúrias e no País Basco, com destaque para a região de Bilbao, e na região da Catalunha, em torno da cidade de Barcelona. Outras cidades, como Madrid e Valência também conheceram um significativo crescimento industrial no final do século XIX e início do XX. A participação do capital estrangeiro na formação industrial espanhola foi bastante significativo (VILLAR, s/d).

O desenvolvimento das atividades industriais coincidiu com um período de equilíbrio articulado por um hábil político que ocupou o centro da vida espanhola na segunda metade do XIX, Cánovas Del Castillo, que assumiu as rédeas do poder com o final da breve Primeira República da década de 1870 e de mais uma onda de agitações políticas e elaborou uma nova constituição que colocou o Estado nas mãos dos chefes políticos do interior, os “Caciques” que controlavam as eleições no interior e dominavam as Cortes de Madrid. Isto é,

Segundo a constituição de Cánovas, que duraria meio século, a igreja e os proprietários de terras voltaram com toda a força (...) as eleições foram manipuladas desavergonhadamente. Os camponeses e rendeiros tinham que votar como o seu senhor mandasse, senão seriam expulsos. (BEEVOR, 2007, p. 46).

Os partidos Liberal e Conservador se alternavam no poder sem que isso representasse nenhuma mudança significativa na administração pública.

No campo a situação espanhola mudou muito pouco com o passar do tempo. O latifúndio e as relações de cunho servil continuaram presentes nas relações de produção. Os camponeses das diferentes regiões espanholas continuavam enfrentando a miséria profunda, submetidos, nas diferentes regiões do país a um trabalho intenso e mal remunerado ou a uma

estrutura produtiva arcaica baseada no microfúndio. Este quadro promovia um clima de constante tensão no campo, que só fez crescer com o tempo.

Em 1898 a Espanha perdeu o resto de seu império colonial, como consequência de um conflito com os EUA, uma grande perda material e também um grande abalo moral, um abalo no orgulho espanhol, reduzido a pequenas possessões no Marrocos, onde o domínio só se sustentou mediante desgastantes campanhas militares. O regime monárquico passou a ser questionado por diferentes grupos, especialmente no meio intelectual onde se formou a famosa “geração de 98”, crítica da sociedade espanhola, de seu conservadorismo católico e da incompetência na gestão pública.

O século XX assistiu ao surgimento de novos atores no cenário político espanhol. As ideias anarquistas e marxistas chegaram à Espanha no século XIX, mas ganharam espaço efetivo no novo século. As organizações operárias, os partidos socialistas e revolucionários e um forte movimento anarquista marcaram posição no país. Mesmo com um operariado pouco numeroso, com “25% de população industrial na sua população ativa.” (VILLAR, 1989, p. 15) os partidos e movimentos ligados aos interesses dessa camada social tornaram-se atores de presença marcante nos grandes acontecimentos políticos e sociais.

No campo marxista destacou-se o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), fundado em 1888, no comando de uma grande central sindical, a UGT (União Geral de Trabalhadores), a outra grande força dentro do movimento operário da Espanha foi o anarquismo, principalmente a CNT (Confederação Nacional do Trabalho), muito forte na Catalunha e presente em outras regiões do país, esta central anarco-sindicalista “tem um projeto revolucionário e um projeto de sociedade. Mas para ela a Revolução deve partir de baixo, e se construir sobre comunas e sindicatos (...) Para ela tudo que vem de cima é suspeito.” (VILLAR, 1989, p. 16). Em função disso terá um forte trabalho de base, capaz de mobilizar dezenas de milhares de trabalhadores com certa facilidade, reunindo “(...) de forma incontestável, os elementos mais combativos e mais decididos do proletariado espanhol.” (BROUÉ, 1992, p. 40).

Os acontecimentos de Barcelona em 1909, que culminaram com a “Semana Trágica”, violenta repressão policial às forças operárias, especialmente os anarquistas (mais combativos), que acabou vitimando intelectuais como o educador Francesc Ferrer i Guardiola, identificado com uma educação laica baseada em uma metodologia moderna, que incomodava muitos expoentes da Espanha tradicionalista.

Diante do crescimento da esquerda, os setores conservadores da sociedade espanhola se fecharam em torno de posições cada vez mais rígidas, tendo como base amplos setores do

exército, os latifundiários e a Igreja Católica, e patrocinando intervenções na ordem institucional em nome do respeito à propriedade privada e à moral cristã. Floresceram na Espanha desse período, como em diversos outros países, as acusações de um grande complô maçônico e bolchevique destinado a destruir a sociedade, a única solução possível para essa ameaça seria a erradicação desse mal.

Na década de 1920, a ditadura chefiada pelo General Primo de Rivera buscou amenizar as contradições sociais por meio do autoritarismo e da concessão de alguns direitos aos trabalhadores. Atropelado pela crise de 1929 e pela ausência de medidas verdadeiramente reformadoras, Rivera foi demitido pelo rei Afonso XIII, num processo que levou ao fim da monarquia e ao regime republicano, a partir de 1931.

Foi nesse país marcado por conflitos, crises e contradições que nasceu Manuel Azaña, um expoente de uma burguesia liberal e reformista que se aglutinou em torno de propostas de mudança, inclusive de regime, com a criação de uma república verdadeiramente democrática. A precária aliança entre republicanos de esquerda e o Partido Socialista promoveu grandes mudanças no Estado espanhol e enfrentou sérios problemas, pressionada pela igreja, pelos militares e pela elite, pelos mais ricos da Espanha que, desde os primeiros dias da República, começaram a “transferir imediatamente os seus capitais para bancos estrangeiros (...) e os meios financeiros internacionais reagiram com ceticismo perante o novo regime.” (JACKSON, 1965, p. 139).

Do outro lado do espectro político, anarquistas e militantes de grupos revolucionários de diferentes tendências, como o POUM, exerciam enormes pressões por mudanças mais profundas, considerando o regime moderado demais em relação às necessidades de uma massa urbana e camponesa que continuava vivendo numa miséria profunda. O resultado desse estado de tensão se traduziu numa onda de greves e revoltas populares em diferentes regiões da Espanha.

O governo encabeçado por Manuel Azaña acabou representando uma perspectiva de Espanha que ficou espremida entre as posições mais radicais que se construíram à esquerda e à direita e acabou mergulhando o país numa terrível guerra civil e, em seguida, na longa ditadura do General Francisco Franco, inspirada no fascismo e no catolicismo mais conservador.

CAPÍTULO 2 – MANUEL AZAÑA

2.1 Formação e atuação como intelectual

Manuel Azaña foi mais do que um personagem histórico, ele ficou conhecido como o “Homem da República”, figura central, espécie de síntese de todos os anseios e propostas que marcaram a sociedade espanhola nos anos 30 do século XX, durante a chamada Segunda República Espanhola. Seu magnetismo, sua eloquência e sua capacidade de articulação política, bem como sua grande capacidade intelectual, lhe permitiram ocupar o papel de grande líder do republicanismo espanhol, tanto em sua época como hoje em dia, quando ainda se utiliza sua figura como inspiração para os militantes da causa republicana (Izquierda Republicana, 2013).

Manuel Azaña nasceu em 10 de janeiro de 1880 na cidade de Alcalá de Henares, próxima de Madrid, como o segundo de quatro filhos em uma família muito influente na vida local, uma família liberal composta por funcionários qualificados da administração pública que acumularam grande patrimônio e se envolveram nas instâncias governamentais da localidade. Segundo Santos Juliá

(...) los Azaña, que habían iniciado el siglo (XIX) disfrutando desahogadas posiciones como escribanos y secretários del Ayuntamiento, y lo habían mediado ampliando sus propiedades agrícolas e industriales, enfocaban su tramo final bien situados em el centro del círculo de notables o poderosos de la Villa. (JULIÁ, 2009, p. 15).

O avô de Azaña, Gregorio, foi muito atuante na política de Alcalá de Henares no século XIX, chegando a exercer o cargo de secretário do município. O pai de Azaña, Esteban, chegou a ser prefeito da cidade e escreveu uma História de Alcalá de Henares, no início da década de 1880. Seu tio materno, Felix Diaz Gallo, foi uma figura muito presente na formação do jovem Manuel, órfão desde muito cedo, especialmente no que diz respeito ao gosto pela leitura e pelas línguas, já que Felix era “particularmente bien dotado para los idiomas, vivos o muertos (...) escribía el latín e leía el griego, además de hablar y escribir inglés y francés como su própria lengua e Haber aprendido el alemán.” (JULIÁ, 2009, p. 20).

De acordo com Leon (1998), muito dedicado e introvertido, o menino Manuel Azaña estudou em instituições católicas pertencentes aos jesuítas e aos agostinianos, sendo

profundamente marcado por estas experiências, criando uma postura reticente em relação a tudo que dizia respeito à religião. Sua passagem pelo Colegio de Estudios Superiores María Cristina de El Escorial, mantido pelos padres agostinianos, deixou como marca a certeza de que o sistema educacional espanhol do período, dominado por instituições católicas, contribuía de forma decisiva para o estabelecimento de “una identificación del ser de España con el ser católico...” (JULIÁ, 2009, p. 35), algo que para ele evidenciava a necessidade de modificar o sistema educacional para modernizar a sociedade espanhola.

Obteve ainda muito jovem a formação em direito, pela Universidade de Saragoça, tornando-se bastante atuante na Academia Nacional de Direito, realizando conferências e participando de debates sobre os mais variados temas, discutindo o papel do Estado espanhol e as questões ligadas à Primeira Guerra Mundial, conflito que marcou a formação política de Azaña, firmando seu compromisso com a defesa dos interesses franceses e considerando o Estado francês como um exemplo a ser seguido pela Espanha.

Azaña atuou, ainda, como jovem advogado, em um escritório de Madrid, onde conheceu D. Niceto Alcalá Zamora, bem como na imprensa e na literatura, onde se mostra um escritor de potencial, elogiado pela crítica, respeitado pelos pares. Esse reconhecimento serve de consolo para as experiências frustradas no mundo empresarial e a necessidade de ocupar um cargo concursado na burocracia estatal da monarquia, como terceiro auxiliar da Direção Geral dos Registros e do Notariado, ligada ao Ministério da Justiça, posição que, ainda que tenha sido ocupada de forma esporádica em função de várias licenças médicas e para estudos exteriores (fundamentalmente na França), garantiu um rendimento que lhe possibilitou uma vida financeiramente segura.

Com as questões financeiras amenizadas pelo posto burocrático, Azaña deu continuidade a suas atividades de escritor e palestrante, ocupando um espaço cada vez mais importante no Ateneo de Madrid, um importante espaço de debate e produção intelectual na Espanha do final do século XIX e início do século XX, “lugar de la palabra por excelência, el Ateneo contaba com una excelente biblioteca, suscripción a los más variados periódicos.”(JULIÁ, 2009, p. 52), onde muitos intelectuais de diferentes gerações trocaram impressões sobre literatura, arte, política e sociedade. Ali ocupou o cargo de secretário e, posteriormente, de presidente. No Ateneo, seu zelo pelas tradições e atividades realizadas pela instituição e sua oratória privilegiada lhe deram uma posição de inegável destaque, de reconhecimento no meio intelectual (LEON, 1998).

Foi no período de grande envolvimento com o Ateneo que Azaña conheceu e estabeleceu uma forte relação de amizade com Cipriano de Rivas Cherif, parceiro de muitos

projetos e viagens, fiel a Azaña em todos os momentos e grande depositário das memórias do amigo após sua morte. Amizade marcada pela estabilidade, ainda que tivessem duas personalidades muito diferentes. De acordo com Angeles Leon:

Eran dos personalidades opuestas, desde el aspecto físico a la manera de entender la vida (...) Mientras Cipriano era um hombre jovial y extravertido, siempre dispuesto a la broma y a la conversación, Azaña tenía fama de austero y distante, cuando no de francamente antipático (LEON, 1998, p.41)

Durante a ditadura de Francisco Franco, alguns dos primeiros biógrafos de Azaña, vinculados ao regime, utilizaram sua relação com Cherif para levantar suspeitas sobre a sexualidade do líder republicano. Foram várias as insinuações, presentes em biografias focadas em detratar a imagem de Azaña, dentre elas se destaca, de acordo com Angeles Leon (1998), o trabalho de Joaquim Arrarás, escrito nos anos 40.

Foi por meio desta amizade que Manuel acabou conhecendo sua esposa Dolores de Rivas Cherif, muito mais jovem que ele, que foi sua companheira até o fim da vida e que colaborou com o irmão na preservação da memória do marido (LEON, 1998). Distante dos irmãos desde o fracasso dos empreendimentos empresariais em Alcalá de Henares, Manuel Azaña foi adotado pela família de Cipriano e Dolores como um de seus membros, mesmo antes do casamento.

O envolvimento com atividades literárias e políticas levou Azaña a conhecer muitos dos expoentes da cultura e da política da Espanha do final do século XIX e início do XX. Com alguns desses personagens teve relações bastante cordiais e estabeleceu inclusive parcerias, figuras como Unamuno, Machado, Valle-Inclan, Indalecio Prieto ou Alcalá Zamora. Manteve uma relação de divergência e até de certa rivalidade com um dos grandes expoentes da cultura espanhola, José Ortega y Gasset. O nome de Azaña se inscreve entre essas grandes figuras da história espanhola contemporânea, tanto no que diz respeito à atuação política quanto à intelectual.

Segundo Leon (1998) Manuel Azaña foi um escritor e tradutor respeitado na Espanha de sua época, ainda que não tivesse muitos leitores para suas obras, sempre recebeu elogios da crítica e contribuiu para muitos periódicos, chegando a exercer cargos de direção em alguns deles. Deixou obra extensa, constituída por ensaios, romances, artigos e até peças de teatro. Um traço marcante de sua produção foi o viés autobiográfico presente em várias obras.

Desde pequeno, Azaña mostrou predileção pela leitura, encontrando um ambiente favorável na casa em que foi criado:

Em casa de La abuela viuda amplio su afición por las lecturas, rebuscando em el gran armário que guardaba la biblioteca de su abuelo Gregorio, hombre aficionado a los libros: El Quijote y una Historia de La Revolución Francesa, em primer término; después, una Historia de Espartero, El Viaje de Anacarsi (...) las Georgicas, las Cartas Persas (...) Ivanhoe (...). (JULIÁ, 2009, p. 26)

Os hábitos leitores de sua juventude o acompanharam por toda a vida e foram determinantes para que fosse considerado um bom aluno nos primeiros anos de sua formação.

A formação intelectual de Manuel Azaña sofreu duas fortes influências, uma delas foi claramente francesa fruto das leituras já referidas e de diversos contatos in loco realizados na própria França, quando se aproximou de figuras importantes das ciências e das artes, com destaque para Alfred Loisy e Henri Pieron, com quem travou longas discussões sobre religião e psiquiatria.

Como todo espanhol informado de sua geração recebeu influência da Geração de 98, grupo de intelectuais espanhóis que, diante do abalo representado pela perda do restante do império colonial, passou a criticar o funcionamento do Estado espanhol e a defender mudanças nos mais variados aspectos da vida do país. Nomes como Miguel de Unamuno, Antonio Machado, Ramón Del Valle – Inclán se tornaram expoentes da produção desse grupo. Crítico de muitas das propostas da geração, Azaña estabeleceu relações muito boas com nomes como Unamuno e Valle – Inclán, autores que chegaram a colaborar em periódicos dirigidos por ele, como La Pluma.

Apaixonado pela História, Manuel Azaña utilizava em seus ensaios e discursos muitas referências à História, especialmente da Espanha. Seus estudos, seu rigor e sua habilidade na produção textual “podrían haber echo de el um gran historiador.” (JULIÁ, 2009, p. 56). Ainda que não tenha produzido nenhum tipo de dissertação acadêmica, realizou estudos aprofundados sobre temas que considerava vitais para a compreensão da realidade espanhola de sua época, como o trabalho, inacabado, sobre a Revolta dos Comuneros contra o governo do rei Carlos V, onde procura destacar o papel revolucionário de alguns movimentos políticos e sociais espanhóis, especialmente os que marcaram os séculos XIX e XX (ARIAS, 2012).

Em sua atuação como tradutor, Azaña realizou vários trabalhos, basicamente do francês e do Inglês, incluindo as Memórias de Voltaire e de Madame de Stael, bem como uma obra de Bertrand Russel, mas, sem dúvida a mais marcante foi a tradução da obra do pastor protestante George Borrow, “La Biblia en España o viajes, aventuras y prisiones de un inglés em su intento de propagar por la península las Sagradas Escrituras”, além de contribuir para

a complementação da renda de Azaña, especialmente em sua segunda passagem pela França, nos anos 20, essas obras ajudaram a firmar sua reputação no meio literário espanhol.

Em sua atividade como ensaísta e correspondente, Manuel Azaña atuou em revistas e jornais durante boa parte de sua vida. Em suas viagens sempre elaborou relatos de viagem dando impressões dos lugares em que esteve, muitas vezes, utilizando pseudônimos. Além disso, organizou e dirigiu a revista *La Pluma*, acima citada, que entendia como

Um refugio donde la vocación literaria pueda vivir em la plenitud de su independencia (...) sin constituir escuela o capilla aparte, están unidos por su hostilidad a los agentes de la corrupción del y propenden a econtrarse dentro del mismo giro del pensamiento contemporáneo. (JULIÁ, 2009, p. 197)

Essa revista congregou grande número de intelectuais, apresentando ao público obras de diversas naturezas muitas delas apresentadas em folhetim, prática comum na época. Azaña dirigiu também, após o fim de *La Pluma*, a revista *España*, ainda mais importante que a primeira. Nesses periódicos, além da produção literária, ele defendia suas posições sobre seu país e realizava comparações com a realidade de outros países, especialmente a França (LEON, 1998).

Manuel Azaña produziu romances elogiados, como já foi dito, mas o mais destacado deles foi indiscutivelmente “*El Jardín de Los Frailes*”, obra considerada por muitos como autobiográfica (JULIÁ, 2009; LEON, 1998). Neste livro Azaña trata da vida de um jovem em um colégio mantido por padres, com todos os problemas e descobertas da juventude. Escreveu ainda uma biografia de D. Juan de Valera, grande escritor e crítico espanhol do século XIX, pela qual ganhou o Prêmio Nacional de Literatura de 1926. Outra obra importante de Azaña foi o ensaio sobre a geração de 98, em que faz uma análise crítica da atuação daquele grupo de intelectuais. Já no final da vida, no exílio na França, ele escreveu “*Velada en Benicarló*”, um diálogo que expõe as razões do conflito que dividiu a Espanha, da Guerra Civil de 1936 a 1939.

Azaña deixou ainda uma série de escritos, registros de diários e cadernos reunidos no livro *Memorias Políticas y de Guerra*, onde ele apontava suas impressões sobre sua atuação à frente da administração pública e sobre aqueles que o cercavam. Parte dos cadernos das *Memorias* foi roubada após a morte de Azaña por agentes do franquismo e só foi reincorporada ao conjunto das memórias nos anos 1990, quando a neta do ditador devolveu os documentos a seus familiares (LEON, 1998).

2.2. Atuação política de Azaña

A atuação de Manuel Azaña na política espanhola teve, como já foi dito, uma origem familiar, iniciada com o avô e o pai, porém os primeiros passos do intelectual nesse meio ocorreram em relação direta com uma de suas grandes lutas, a educação. Em 1913, Azaña foi um dos articuladores de um manifesto da Liga de Educação Política da Espanha, onde se defendia uma educação voltada para as massas, laica e comprometida com a promoção do liberalismo e da democracia. Foi como decorrência dessa atuação que Manuel Azaña se filiou ao Partido Reformista, liderado por Melquíades Álvarez (JULIÁ, 2009).

Azaña, desde o início de sua atuação como militante, sempre defendeu a implementação de uma política de massas como caminho para as transformações que via como fundamentais para seu país, especialmente a democracia e a promoção da justiça social. Para ele, diferentemente de outros intelectuais de seu tempo, as massas não eram uma turba inconsciente e incontrolável, ele acreditava que “cuando actúa en multitud, el individuo es responsable de sus actos y (...) cuando las multitudes alzan la voz amenazando con perturbar el orden es para reclamar algo que casi siempre se les debe em justicia.” (JULIÁ, 2009, p. 42)

O oposto ao movimento das massas era o chamado Caciquismo, fruto da constituição elaborada, como já vimos, sob a liderança de Cánovas e que resultava no controle total dos grandes proprietários de terra sobre as eleições no interior do país, garantindo uma folgada maioria capaz de garantir a permanência do modelo econômico e da estrutura social extremamente desigual da Espanha. Azaña sempre foi um crítico radical desse sistema, do qual foi vítima por duas vezes, quando se candidatou ao parlamento pelo distrito de Puente del Arzobispo e foi derrotado por um cacique local, Cesar de la Mora.

Uma preocupação central da atuação política do letrado do filho de Alcalá de Henares era o papel do Estado, elemento fundamental da vida de qualquer nação, em sua visão Azaña destaca que somente a ocupação das estruturas de poder por elementos comprometidos, sobretudo com a democracia, condição para a construção das mudanças de que o país tanto precisava. Para tal era importante a realização de um trabalho de base, pois

Si el problema español es de democracia, es imprescindible una acción política que parta de lo local para subir hasta el Estado (...) la organización democrática exige algo más: un cuerpo de votantes, representantes elegidos por aquéllos y un corto número de hombres sacados de los que representan a la mayoría. (JULIÁ, 2009, p. 70)

Nas palavras do próprio Azaña, a missão transformadora se coloca da seguinte forma:

Un municipio que restaurar, un caciquismo que erradicar, un Estado que construir, una democracia por establecer y una acción política por desarrollar: ése es el camino para resolver el problema español o, lo que es igual, para hacer del Estado un instrumento al servicio de la transformación de la sociedad (JULIÁ, 2009, p. 71)

Essa crença na política de massas e no trabalho realizado a partir do local contribuiu de forma decisiva para que Azaña se dedicasse a realizar comícios que o aproximassem das massas, é nesses espaços que se manifesta uma das grandes qualidades desse líder, a do grande orador, capaz de empolgar e fazer refletir com a capacidade oratória. Sua atuação é tão marcante que mesmo seus adversários reconheciam nele um formidável orador, o maior de seu tempo e um dos maiores da história do país (LEON, 1998).

Durante a década de 1920 a atuação política de Azaña se tornou restrita aos salões e às conspirações, em uma Espanha dominada pela ditadura do General Miguel Primo de Rivera, militar que assumiu o poder apoiado por muitos intelectuais que viam no regime um caminho para a modernização nacional. Grandes figuras da Espanha do período, como Ortega y Gasset, escreveram a favor do regime. Azaña assumiu, desde o início, uma posição destoante, foi crítico do regime ditatorial desde a primeira hora, jamais enxergou no general um líder inovador, para ele o regime não trazia nada novo, pois nada mais era que uma tentativa de dar continuidade a um regime monárquico autoritário e insensível às necessidades do povo. Segundo Santos Juliá, ele via o golpe e o regime dele resultante como

La prueba definitiva de la voluntad de la corona de liquidar las cortes en El momento em que iban a hacerse intérpretes de la opinión pública (...) antes de permitir el funcionamiento pleno y prestigioso del Parlamento prefirieron destruirlo (JULIÁ, 2009, p. 219)

No ano de 1924 Azaña produziu um manifesto intitulado “Apelación a la República”, neste manifesto o futuro chefe de governo republicano faz a opção por este regime como forma de superação do espírito absolutista que sempre orientou a monarquia espanhola. Para Azaña “la democracia solo era posible en la república” (LEON, 1998, p. 158), uma república onde o proletariado e a burguesia liberal caminhariam unidos em busca de reformas democráticas orientadas pela justiça social.

Hay que agrupar a la nación para destrar el absolutismo: tal es el sentido de la primera apelación a la República, que no sale de la cabeza de un republicano histórico sino de alguien que había pretendido unir su esfuerzo al de quienes creyeron durante diez años que era posible reformar a la monarquía desde dentro para alumbrar de ella una democracia parlamentaria (JULIÁ, 2009, p.233)

Para a realização desse projeto participou de articulações e conspirações com a intenção de derrubar o regime e instituir uma república. Mas foi somente com a queda de Rivera que as possibilidades de mudança se tornaram mais claras.

Quando o regime de Primo de Rivera acabou, Azaña se encontrava na posição de dirigente de um novo grupo político, a Acción Republicana, uma das forças da Alianza Republicana, coalizão que se apresentou nas eleições municipais de abril de 1931 em aliança com os socialistas. A vitória da coalizão determinou o fim do regime monárquico, o início da Segunda República espanhola. No novo regime Azaña ocupou uma posição central, exercendo o importante cargo de Ministro da Guerra, encarregado de uma reforma militar delicada, posteriormente acabou se tornando chefe de governo.

Como Ministro da Guerra, Manuel Azaña realizou um antigo projeto que amadureceu desde suas viagens à França, quando estudou a organização militar francesa e se encantou com o distanciamento entre militares e política existente ali, muito distinto da Espanha, onde os “Pronunciamientos”, os golpes militares, eram constantes desde o século XIX. Para Azaña, o exército espanhol era uma organização que trazia mais problemas do que soluções, ou seja, era “un ejército ineficaz para la defensa nacional, costoso para el erário, privilegiado entre los ciudadanos, pero al mismo tiempo amenazador de la libertad personal y obedecido por el poder público.” (JULIÁ, 2009, p. 174).

A reforma militar empreendida pelo ministro, estabelecida pela Lei Azaña (como ficou conhecida), visava à profissionalização das forças armadas, especialmente do exército, promovendo uma redução dos efetivos, especialmente da oficialidade, uma reorganização das unidades e das regiões militares e o afastamento das forças armadas em relação às decisões políticas, visando ao fim dos “pronunciamientos” (golpes militares) tão comuns na história do país. As medidas receberam grande apoio dos intelectuais, dos deputados das cortes de Madrid e até da imprensa militar, consciente da necessidade de reformas para a constituição de uma força capaz de defender a nação (JULIÁ, 2009), porém gerou enorme descontentamento na hierarquia militar, ameaçada em suas posições de comando, em seus privilégios. Oficiais de alta patente, com Sanjurjo e Queipo de Llano são vistos pelos próprios

ministros como ameaças, como possíveis conspiradores (AZAÑA, 1980). Muitos oficiais são transferidos de posto, os perigosos são afastados para comandos distantes dos grandes centros, como Franco, destituído do comando da academia militar.

Enquanto o Ministro da Guerra promove as reformas, as Cortes Constituintes se reúnem para a elaboração das leis básicas da república, eleito deputado por Bilbao, Azaña participa dos debates e da elaboração das leis. Um dos artigos da nova constituição, o 26º, terá grande importância no cenário político da república, com implicações na relação entre o novo regime e a Igreja Católica. Este artigo regulamentava a atuação das ordens religiosas no país, interferindo em seu funcionamento e, especialmente no enorme patrimônio e nos privilégios do clero espanhol.

As diferentes ordens, que, em 1931, contavam aproximadamente 45000 religiosos e freiras, tiveram de registrar as suas propriedades, assim como todos os rendimentos e investimentos. Foi-lhes permitido apenas possuírem aquelas propriedades que fossem diretamente necessárias às suas funções e tiveram de se submeter à lei comum no referente aos impostos. (JACKSON, 1965, p. 73)

A reação a essa proposta se fez sentir tanto nas cortes, por meio dos deputados ligados à Igreja, quanto nas missas e comunicados da hierarquia católica. O governo da república rebateu as críticas, inclusive punindo prelados que fizeram críticas mais duras ao regime. Parlamentares de direita, como José Maria Gil Robles, fizeram discursos inflamados contra o artigo 26º, que foi ardentemente defendido por Manuel Azaña.

Essa questão religiosa acabou provocando a expulsão da Ordem dos Jesuítas do solo espanhol, em 1932, sob a acusação de ser uma ameaça ao Estado Espanhol em função de seus juramentos específicos de fidelidade ao Papa (LEON, 1998). Organizados em todo o país e aliados a outros grupos conservadores, os católicos tiveram atuação destacada na derrota dos republicanos de Azaña, que passou a líder da oposição entre 1933 e 1936, quando a Frente Popular ganhou as eleições e ele acabou se tornando presidente do país, ficando no governo do lado republicano durante a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939).

As relações do governo da república com as forças mais radicais da esquerda tampouco foram tranquilas, greves gerais e até movimentos armados marcaram o regime republicano. Ficou tristemente conhecida a violentíssima repressão das forças governamentais a uma revolta ocorrida na localidade de Casas Viejas, onde camponeses foram queimados por soldados das forças de segurança. A postura rigorosa, dura, do governo diante dos protestos e ações da esquerda manchou a imagem de Azaña diante do povo.

Outros fatores determinantes desse processo foram as dificuldades de implementação de uma Reforma Agrária que diminuísse a miséria no campo e os graves problemas econômicos decorrentes da Crise de 1929, da fuga de capitais nacionais e dos altos gastos herdados da monarquia. No campo educacional, o governo buscou a criação de uma escola inovadora,

(...) em que imperassem os ideais do novo regime: uma educação laica, gratuita, em salas de aula mistas, tanto no que diz respeito ao sexo quanto no que diz respeito às classes sociais. Tratava-se, em suma, de formar novas gerações de cidadãos e torná-los indivíduos críticos em relação ao status quo. (BUADES, 2013, p.26)

Tais propostas, também revolucionárias, esbarraram numa estrutura muito limitada de escolas públicas, especialmente no ensino médio, ainda mais dominado pelas ordens religiosas (BUADES, 2013), ainda assim a república produziu uma nova escola, comprometida com os ideais que nortearam o regime, e inspirou muitos de seus jovens alunos a lutarem pela república.

A república de Manuel Azaña, mesmo tendo curta e tumultuada duração, se tornou um importante marco na luta por justiça social nos países mais pobres. Seus líderes, Azaña entre eles, fizeram uma constituição que contemplava os anseios por maior autonomia em regiões como a Catalunha e o País Basco e concedia direitos básicos de cidadania pela primeira vez na história espanhola. A ditadura franquista destruiu as construções democráticas e transformadoras republicanas, mas não acabou com a esperança de um país mais justo, mais próximo daquele sonhado por Manuel Azaña.

CAPÍTULO 3 – OS DISCURSOS DE AZAÑA: DEFESA DA REPÚBLICA E DA DEMOCRACIA

Como já foi dito neste trabalho, Manuel Azaña foi apontado, inclusive por seus desafetos, como o maior orador da Segunda República e um dos maiores oradores da Espanha em todos os tempos. Em função dessa condição e de sua predileção pela política de massas torna-se importante identificar como o tribuno apresenta seu ideário aos correligionários e ao público em geral, qual o conteúdo, a mensagem, como Azaña fundamenta suas propostas diante do público espanhol em geral.

3.1 Azaña: o grande orador

De acordo com alguns de seus biógrafos, Manuel Azaña nunca foi um homem atraente, nunca teve uma presença marcante, era realmente feio (LEON, 1998) e jamais poderia ser apontado como um grande líder por sua figura. Nas palavras de seu próprio cunhado, Cipriano de Rivas Cherif:

“corpulento, y más que gordo, beatíficamente apoyado en la sotabarba que le redondeaba el rostro, proporcionándolo a la cabeza robusta. Y tana segura sobre los ombros que, aun erguida, no descollaba airosa, ni mucho menos voluble, de entre las espaldas recias” (Cherif¹, 1985 apud LEON, 1998, p.57)

Suas relações interpessoais eram difíceis, era introspectivo e de um temperamento ácido, com fortes tendências à ironia e ao mau humor puro e simples (JULIÁ, 2009; LEON, 1998). Era um escritor respeitado, mas sem uma penetração significativa no grande público. Seu refinamento, seu gosto sofisticado, sua predileção pelo que era erudito fazia com que o considerassem muito refinado para a Espanha. Num período de crescimento das forças populares e revolucionárias, onde a burguesia era vista como grande vilã do proletariado, Azaña não tinha nenhum problema em ser definido como “un intelectual, un liberal y un

¹ RIVAS, CHERIF, Dolores [entrevista com.]. Programa: “Mujeres para uma época”, emitida por TVE-2, 7 mayo, 1985.

burguês.”(LEON, 1998, p.54). Como esse homem se tornou tão marcante, tão fundamental no regime republicano, tão respeitado, admirado, temido, odiado?

Os testemunhos de duas figuras, uma muito próxima, seu cunhado Cipriano de Rivas Cherif, e outra distante e crítica em relação a sua figura, Salvador Madariaga nos ajudam na busca por explicações. Para Cherif, celebrando a capacidade oratória do amigo e cunhado, especialmente do primeiro biênio republicano (1931 – 1933) afirmou que ouvindo seus discursos “toda España se había convertido en una especie de Ateneo en grande (...) y los españoles se habían dividido entre azañófilos e azañófobos.” (LEON, 1998, p.37), ninguém, portanto, ficava indiferente a sua atuação e a seus discursos, como ocorria no Ateneo de Madrid, onde Rivas Cherif conheceu Azaña. Já Madariaga, que tinha Azaña como desafeto por não ter sido indicado para o ministério no primeiro governo do líder republicano (JULIÁ, 2009), reconhecia, em meio a uma serie de críticas, que Azaña era “el hombre más magnético e atrayente de aquellos días.” (LEON, 1998, p. 64). Tal magnetismo se manifestava especialmente no momento em que tinha a palavra, quando seu carisma e seu raciocínio rápido prendiam a atenção de todos, amigos ou inimigos.

A posição como grande orador e líder político republicano colocaram Azaña como grande inimigo dos conservadores, ele mesmo afirmava “dicen que soy el único adversario serio que tienen las derechas.” (Azaña², 1968 apud LEON, 1998, p.61), essa condição o levou a ser detratado por muitos adversários, que abordaram diferentes aspectos de sua vida, associando a seu nome termos como covarde, afeminado, pedante, arrogante, porém nenhum deles deixou de destacar, de alguma forma a qualidade do orador, até mesmo como uma espécie de monstro (LEON, 1998). Um de seus adversários políticos da Segunda República, Miguel Maura, destacou, de forma respeitosa, algumas das qualidades do Azaña orador:

Afirmaciones incisivas e hirientes, dialéctica demoledora y fascinante, capacidad para convencer, subyugar y arrastar a las masas (...) lógica irrefutable, rico e exacto vocabulário, la originalidad y profundidad de su pensamiento (...), la perfección sintáctica de sus largas y perfectamente equilibradas frases (Maura³, 1981 apud JULIÁ, 2004, p.12).

² AZAÑA, Manuel, **Obras Completas**. Edición y prólogos de Juan Marichal, México, Oasis, 1968, tomo IV, p. 351.

³ MAURA, Miguel. **Así cayó Alfonso XIII**. Barcelona, 1981, p.229.

Diante de tais argumentos é inegável que a força das palavras proferidas por Azaña se constitui com um marco da Segunda República e como um referencial fundamental para que seja possível compreender seu projeto político, seu ideal de futuro para a Espanha.

Manuel Azaña, o menino tímido de Alcalá de Henares, começou a discursar ainda muito jovem “en febrero de 1902 defendió en la Academia de Jurisprudência una ponencia sobre La libertad de asociación, um trabajo notable (...) y que dio lugar a una prolongada discusión” (JULIÁ, 2004, p.15), mas foi no Ateneo que o público começou a conhecer o brilhante orador que empolgava multidões e era temido por seus adversários. De acordo com Ángeles Leon, podemos identificar

al menos tres etapas claramente diferenciadas em su trayectoria como orador: el Ateneo, donde se forja foguea; el Parlamento, época de esplendor y plenitud; y la de la Guerra Civil, donde se torna más humano y emotivo, invocando uma paz que nunca llega. (LEON, 1998, p.65)

Na origem mais remota desse processo pode ser identificada a própria educação, Ángeles Leon aponta um caminho: “la formación humanística de la generación del 14 (geração de Azaña) en colegios agustinos y jesuitas que insistian en el ejercicio de la oratoria y la argumentación.” (LEON, 1998, p.65).

O conjunto de discursos que serão analisados adiante foi proferido no momento do ápice do orador Azaña, no período que vai de 1930 a 1932, quando o processo de decadência do regime monárquico se mostra irreversível e Azaña fala em defesa de uma república democrática, bem como nos debates e campanhas políticas ocorridos num contexto em que ele ocupa o centro do poder espanhol.

Nesta fase, Azaña manifesta sua preocupação com a estrutura e o funcionamento do Estado, bem como a necessidade da introdução de reformas que modernizassem a sociedade espanhola e promovessem a justiça social e a democracia, para ele o verdadeiro caminho para a construção de um país melhor. A própria ideia de futuro caminhava fortemente baseada num referencial histórico, muito caro ao orador, presente em muitos dos seus discursos. São muitos os exemplos, referências ao Século de Ouro, ao Império Colonial, ao absolutismo dos Bourbon, sempre servindo para reflexão, para argumentos sobre os problemas espanhóis contemporâneos. Santos Juliá destaca o papel dessas referências nos discursos de Manuel Azaña:

Em todos los grandes discursos de Azaña hay, en efecto, una primera incursión por el pasado que siempre es como la materia viva de la que se deriva una propuesta política con tal de que sea capaz de captar la auténtica sustancia de esa tradición. Tal vez por esta nota, muchos de los discursos de Azaña podrían ser calificados de historicistas o de Haber incurrido en una visión del mundo heredada del romanticismo. Lo que hay realmente en ellos es, sin embargo otra cosa: Azaña pretende renovar la tradición liberal española. (JULIÁ, 2004, p.12)

Seus discursos estão, portanto, embebidos de história, não de meros fatos a serem lembrados, mas argumentos para suas afirmações. Ainda segundo Juliá:

Azaña no dará un paso adelante sin proponer antes a sus oyentes no ya el marco histórico en que se há desarrollado la acción política, sino la razón histórica para que sea esa que él propone y outra política a desarrollar. (JULIÁ, 2004, p.13).

Proferidos com a voz clara e fria que parecia uma faca cortando com palavras os ouvintes, superando o lugar comum e intimidando os adversários, os discursos de Manuel Azaña entraram para a história espanhola.

3.2 Os discursos de Azaña

3.2.1 Discurso no banquete republicano de 11 de Fevereiro de 1930

Este discurso foi proferido num banquete em homenagem ao aniversário da Primeira República espanhola. Azaña compareceu como representante da Ação Republicana. Nesta breve alocução ele proclama a necessidade da união dos republicanos e da manutenção de uma postura coerente com as propostas da Aliança Republicana, uma delas a de promover a conscientização das massas:

(...) existe una massa vastíssima, quizá indecisa hasta ahora, quizá deshabituada de la actividad política, pero en el fondo republicanizada por la dictadura, que espera de nosotros, los militantes, y de nuestra obra, una guía y una salvaguardia, la justa reparación del derecho, la garantía de un buen gobierno, la organización del Estado sobre bases de libertad y de respecto a la ciudadanía. (JULIÁ, 2004, p.64).

A presença das massas na política se constituía como um dos objetivos de Azaña, especialmente num momento como este de 1930, com a grande probabilidade de mudança de regime. Liberdade, respeito à cidadania, ideias constantes nos pensamentos dele, um caminho para que as massas sentissem o governo da República, que se vislumbrava no horizonte naquele momento, como sendo também seu, para Manuel Azaña, essa seria a essência da democracia.

Nesse mesmo discurso, Azaña também deixa claro que sua profissão de fé não será maculada por interesses de grupos ou até mesmo por eventuais resultados positivos na economia ou em outra área, ele deixa claro que o problema que se coloca para os republicanos presentes no banquete, para os outros militantes da causa republicana e para o povo em geral “es de orden moral y de derecho público, afecta a nuestro íntimo ser de hombres y de ciudadanos.” (Azaña⁴, 1930 apud JULIÁ, 2004, p.65) para ele um governo equilibrado não é aquele que deixa as contas em ordem, é aquele que dá aos cidadãos a possibilidade de fiscalizar e questionar os governantes. Critica, com isso, os intelectuais que apoiaram o governo ditatorial de Primo de Rivera nos primeiros tempos, argumentando que seria um governo de equilíbrio fiscal e desenvolvimento econômico (LEON, 1998).

Uma mensagem importante presente neste discurso é a convocação das esquerdas para a construção de um regime democrático, Azaña define esquerda como sendo o conjunto de pessoas que “ponen por base de la organización del Estado la forma republicana.”(Azaña, 1930 apud JULIÁ, 2004, p.67), portanto sua definição era abrangente e possibilitava a articulação de um amplo leque de forças políticas que dariam sustentação a um futuro regime.

A questão educacional não ficou de fora do discurso, Manuel Azaña deixa claro que a república só iria sobreviver se fosse propagada para as futuras gerações e, para isso, era fundamental que a escola fosse republicana, e os futuros governantes deveriam “arraigarla en las más profundas capas de la democracia, para lo cual deberemos demostrar con actos que la república es la condición inexcusable del progreso social” (Azaña, 1930 apud JULIÁ, 2004, p.68) seria esse o caminho para uma nova Espanha.

Azaña termina com uma convocação para a luta pela mudança, sem medo de rótulos ou de obstáculos, para a realização do dever perante a pátria, perante o povo

⁴ AZAÑA, Manuel. Llamada al combate. Alocución en el banquete republicano de 11 de febrero de 1930. *Uma Política*, p.12-20

Iremos todos los españoles que quieran igualar esta condición con la de hombres libres. Todos ellos, pero ninguno más. Los tímidos, los espectadores benévolos, no los queremos; que pierdan su rancia doncellez y vengan con nosotros, o se vayan para siempre con los enemigos. (Azaña, 1930 apud JULIÁ, 2004, p.68).

3.2.2 Discurso no comício do Partido de União Republicana Autonomista em Valência, no dia 07/06/1931

Já como Ministro da Guerra do primeiro governo republicano, Manuel Azaña compareceu a um comício da campanha eleitoral para as cortes na cidade de Valência, dando sequência a uma série de visitas e participações em encontros dos partidos da Aliança Republicana.

O orador começa saudando o povo valenciano e, em seguida, celebra o triunfo da república como uma vitória do povo espanhol:

Triunfo la República, que há sido una obra del pueblo, una obra del pueblo revolucionário, y a mi me interesa hacer constar, y me interesa, repito, y lo repito constantemente en los actos públicos a que asisto, que no debemos caer en un error de juicio sobre el origen y la consecuencia que há de resultar del triunfo de la República en España (Azaña⁵, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 87)

Ele encara o sucesso da República como uma grande manifestação cívica que servia de exemplo de democracia e civilidade para outros países do mundo. Isso, porém não significava esquecer o que fez a monarquia com seus abusos e ditaduras, significava isso sim, uma tomada de consciência popular, que conquistou o poder para si de forma pacífica, buscando a construção de uma realidade mais justa. Ele não deixa de lembrar a necessidade de uma prestação de contas dos expoentes do antigo regime, cita as arbitrariedades e o grande número de mortos nas campanhas na África.

Adiante, em tom professoral, Azaña aponta a necessidade de atenção, pois a República não pode permitir que, acertadas as contas com o antigo regime, as velhas lideranças locais, os caciques se apropriem do poder: “no nos basta sustituir la tiranía del Borbón por una

⁵ AZAÑA, Manuel. Discurso em el mitin del Partido de Unión Republicana Autonomista. 7 de junio de 1931. *El Pueblo*, Valencia, 9 de junio, Eduardo Espín, **Azaña ES poder.**, p. 323-334.

oligarquia caciquil sin corona.” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 89). Para isso as esquerdas deveriam permanecer unidas e dar sustentação ao novo regime.

Azaña reafirma a importância da atuação popular, para ele a pressão, a fiscalização do povo seria o caminho para a verdadeira democracia, com o povo se apropriando do Estado, do seu destino

Mi fe y mi confianza y mi apoyo, el apoyo de mis ideas políticas y de mi partido está en la inmensa masa popular, a quien no conozco, pero cuyo corazón siento latir y de cuyo empuje y lealtad estoy seguro, de la que sale el resorte que nos mueve adelante para conseguir esta obra revolucionaria tal como acabamos de definirla. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 90).

A ideia central é a criação de uma estrutura que permita que o povo se autogoverne, é essa a mensagem fundamental de Azaña, para ele não bastava dar o nome de República para que um governo fosse democrático, era necessário dar espaço, criar mecanismos para a participação popular.

Como Ministro da Guerra do novo regime, Azaña se preocupa em uma espécie de prestação de contas; refere-se, então ao exército e a sua reação às mudanças no funcionamento do Estado e do próprio meio militar:

El ejército español há dado un ejemplo de civismo que es merecedor del agradecimiento de todos sus conciudadanos, porque este, conciente de sus deberes, se há fusionado con el sentimiento nacional, está compenetrado con el espíritu republicano y su adhesión al régimen republicano há constituido un modelo y un ejemplo que han de imitar en lo futuro los demás cuerpos del estado, cuando llegue la hora de reorganizar los demás departamentos ministeriales (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 92).

A afirmação da disciplina exemplar do exército não prestigia somente a República, mas também seu Ministro da Guerra, o próprio Azaña, que demonstra não só a estabilidade numa instituição tão importante e influente no regime anterior e na sociedade em geral, mas também sua liderança, sua capacidade como administrador.

Uma lembrança recorrente nos discursos do então ministro, a educação, sempre no sentido de garantir mais democracia e de garantir a sobrevivência do regime:

La República tiene que fiar a lo más hondo de la conciencia nacional; a formar las generaciones venideras (...) Mediante la escuela. Jamás podrá la República abandonar la escuela primaria; jamás podrá la república abandonar la enseñanza, que debe estar en manos del Estado y no en otras. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 92).

A afirmação acima já remete a uma luta importante que o ministro travaria na constituinte e, depois, como primeiro ministro: a defesa da educação laica e, mais que isso, a luta contra a ingerência da Igreja Católica na sociedade espanhola em geral. Azaña, durante a campanha, afirma diversas vezes que a Espanha não era mais a mesma do período da unificação e da expansão colonial:

España há sido un país católico: el español, durante siglos, no há tenido outro pensamiento que el pensamiento católico. Este pensamiento yo no sé si es Bueno o malo, no me importa: se há retirado ahora del alma colectiva de la nación. Hay católicos en Espanã, pero la directriz del pensamiento no es ya el catolicismo (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 93).

Mais do que uma constatação, essa afirmação se constitui como uma profissão de fé na mudança da mentalidade, mudança essa que embasaria a grande reforma religiosa que se propunha para o país. Combater os privilégios do catolicismo e, mais que isso, do clero, das ordens em solo espanhol, essa é a bandeira que Azaña levanta quando formula expressões como a acima citada. O orador vai além, destaca que a solução dos problemas religiosos está na esfera das questões do Estado, que já não tem mais católicos ou pessoas de outra religião, “El Estado no tendrá más que ciudadanos.” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.95).

A parte final deste discurso é ocupada com o motivo da reunião, a eleição para as cortes. Aí Azaña defende a representação parlamentar como vital para a República, para a manutenção da democracia e o crescimento nacional, faz uma convocação para o envolvimento com as eleições, dando ao parlamento sua devida importância: “España va a ser dueña de sus destinos; por vez primera, en España vereis un Parlamento dotado de poder sin limites, que podrá hacerlo todo (...) que podrá ser justiciero (...) renovador, que podrá hacer un país nuevo.” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.95).

3.2.3 Discurso no banquete oferecido pela Ação Republicana aos seus candidatos a deputados em 17/07/1931

Neste discurso, Azaña fala para seus companheiros de partido após as eleições, fazendo um balanço da campanha, das bandeiras defendidas pelo partido, reafirmando os princípios que nortearam a criação e os primeiros meses do regime republicano. Saúda os eleitos (como ele) e conclama a todos a continuarem na luta pela democracia.

Logo no início uma lembrança da responsabilidade que se colocava diante dos militantes da Ação Republicana:

Tenemos la obligación, repito, de ser severos con nosotros mismos y de desprendernos de las pompas triunfales y populares y examinar en nuestro ánimo si somos o no dignos de la hora presente, si la obra realizada la merecemos y si estamos dispuestos a continuar en el sacrificio. (Azaña⁶, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.101).

A colocação foi importante para uma militância que se sentia vitoriosa, mas que havia conquistado apenas 26 cadeiras na Assembleia Constituinte, era necessário continuar lutando e prestigiando o voto de confiança do povo no regime e não em um único partido. A República surgiu de forma pacífica, mas foi, de acordo com Azaña, fruto de um movimento revolucionário e para o partido era “nuestro deber (...) mantener el espíritu revolucionario del Gobierno (...) es la única salvaguardia de la República.” (Azaña, 1931, apud JULIÁ, 2004, p. 101). Fazia-se necessário, portanto, se manter alerta e mobilizado para as lutas futuras. É preciso manter acesa a indignação dos homens livres da Espanha, para que nunca mais fossem tratados como escravos.

A mobilização permanente deve se fazer com a plena consciência de que a Ação Republicana faz parte de algo maior, sendo fundadora da Aliança Republicana desde seu início, cinco ou seis anos antes do advento da República, que foi criada por um espírito de revolução, de transformação e que pode ser vítima de acusações de perseguição, de ter sido criada para perseguir certos grupos. A isso Azaña responde:

⁶ AZAÑA, Manuel. Acción Republicana ante la revolución y ante las Cortes. Discurso em banquete oferecido por el partido a SUS candidatos a diputados, 17 de junio de 1931, *Uma Política*, p. 29-46.

La Alianza Republicana no está concebida contra nadie, como no sea contra los enemigos de la República; ni está hecha en pro de nadie, como no sea en pro de la estabilidad de la Republica y de la fecundidad de la revolución. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.103).

As metas do partido são reafirmadas pelo orador: elaboração da constituição, reforma agrária e orçamento. Para Azaña, “la Reforma Agraria (...) es lo más urgente en el gobierno de la República.” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004 p. 105), pois se constitui como o mais grave dos problemas, sendo causadora da fome em diferentes regiões do país. Mais uma vez aparece o defensor da justiça social, que entende a República como promotora da superação da miséria, da desigualdade, para tal a reforma deve ser implementada imediatamente, pois é inaceitável que situação semelhante continue se reproduzindo.

Quanto ao orçamento, pela visão de Azaña “un tema mui desacreditado (...) porque es cosa de números y los números tienen la antipatia de nuestra poca atención.” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004 p. 105), mas é fundamental para um Estado que necessita de recursos para implementar as políticas que demandavam uma ação positiva do Estado. Para que tudo isso pudesse chegar a bom termo seria necessário realizar uma nova constituição, consagradora das mudanças iniciadas pela revolução pacífica de Abril. Cabia aos militantes da Ação Republicana uma atuação firme na defesa da constituição democrática que estava sendo elaborada.

Azaña acrescenta a esses temas a questão do regionalismo, muito antiga e marcante na historia espanhola:

Outro problema que hemos de examinar es el de la federación española, problema que no debe tratarse con paliativo, sino con una rectificación histórica, impuesta por las realidades presentes y por las promesas hechas por la República, restaurando la libertad de los pueblos de la península. (Azaña, 1931 apud JULIÁ p. 106)

Fica evidente a defesa da autonomia regional, Azaña reafirma que em detrimento de uma centralização, o que a República deve é promover a liberdade, pois somente essa condição poderá fazer o país caminhar adiante e superar o autoritarismo que vem dos reis católicos e que sufocou não só as liberdades regionais, mas o próprio desenvolvimento da Espanha. A liberdade para todos os espanhóis se destaca como um lema azañista nos discursos dessa fase.

Azaña não deixa de se referir a temas que lhe são muito caros, recorrentes, centrais para a construção da Espanha dos sonhos do ministro, dentre eles merece total destaque a questão da religião, que aparece aqui com um sentido de esclarecimento e reafirmação de posição:

(...) El problema religioso es un problema íntimo de la conciencia; pero no un problema político, y nosotros hablamos aquí como políticos y legisladores, pero no como creyentes. De suerte que el que suele llamarse problema religioso se reduce a un problema de gobierno, es decir, a la actitud del Estado frente a un cierto número de ciudadanos que visten hábito talar y a las relaciones del Estado con una potencia extranjera, que es la católico-romana. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004 p. 107)

A referência a uma potência estrangeira deixa evidente os problemas com a Igreja Católica, com as ordens e com as forças conservadoras católicas tão influentes na sociedade espanhola, além disso coloca de forma clara a laicidade do Estado, tão cara a Azaña, e a necessidade de governar para todos e não para um único grupo. O discurso procura dissociar a religião, decisão individual, de foro íntimo, que deve ser respeitada e garantida pelo Estado, da atuação institucional, vista como invasiva e antidemocrática. Azaña afirma ainda que “El Estado republicano (...) no tiene religión, no puede admitir en sus relaciones ninguna actitud, ningún derecho, ninguna posición que se derive de la existencia de las religiones (...)” (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 107).

Manuel Azaña encerra seu discurso com uma lembrança do compromisso com as forças de esquerda e com o sucesso da República:

Sea cualquiera la ruptura a que nos puedan llevar los demás partidos, sea cualquiera el trance em que nos puedan colocar los accidentes de la política, jamás moveremos los pies del terreno de la izquierda republicana. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 107).

Ya tenemos Republica, ya tenemos la libertad política. Quiero decir que ya somos los árbitros y los responsables de nuestra conducta. Ya no podemos echar la culpa al Rey de nada de lo que pase em España; ya no podemos la culpa a ningún poder extranjero. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p. 109).

Líder incontestável da Ação Republicana, Azaña reafirma sua liderança e dita a linha partidária, na expectativa de que a Aliança republicana se mantenha unida e seu grupo continue ocupando posições de destaque na estrutura administrativa do novo regime, mas

sempre contribuindo para o debate dos grandes temas nacionais, lembrando a importância da atuação da militância na direção do processo de transformação da sociedade espanhola.

3.2.4 Sessão das Cortes de 13/10/1931

Neste discurso Azaña explica aos deputados reunidos nas cortes as decisões do governo republicano, destacando a gravidade e a importância dos problemas herdados da monarquia. O discurso destaca a questão religiosa e ficou célebre em função da frase dita por Azaña sobre o fato de a Espanha ter deixado de ser católica.

Uma primeira questão colocada pelo deputado Azaña, ligada ao mérito da questão envolvendo as ordens religiosas

Yo no puedo admitir, señores diputados, que a esto se le llame problema religioso. El auténtico problema religioso no puede exceder de los límites de la conciencia personal, porque es en la conciencia personal donde se formula y se responde la pregunta sobre el misterio de nuestro destino. Este es un problema político, de constitución del Estado (...) (AZAÑA⁷, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.115)

A reincidência dos argumentos que separam as discussões sobre o artigo 26º da constituição de questões ligadas à religião nos mostra a polêmica levantada pela legislação que regulava as ordens religiosas, limitando a atuação dos religiosos e as propriedades do clero, além de propor a expulsão da ordem dos Jesuítas do país. Azaña, principal articulador dessa legislação, assume a defesa das propostas reafirmando a separação entre Estado e religião.

Para o parlamentar da Ação Republicana, o catolicismo espanhol teve suas especialidades ao longo do tempo, foi fruto da sociedade espanhola e não foi produtora daquela sociedade, foi um catolicismo diferente dos de outros países:

entonces hubo un catolicismo español, por las mismas razones de índole psicológica que crearon una novela y una pintura y un teatro y una moral españoles, em los cuales también se palpa la impregnación de la fe religiosa (...) la propia Compañía de Jesus, creación española (...) (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.116)

⁷ AZAÑA, Manuel. Política religiosa: el artículo 26 de la Constitución. DSC, 13 de octubre de 1931, p. 1666-1672; *Uma Política*, p. 81-98.

Se o catolicismo foi fruto de uma sociedade espanhola do período moderno, Azaña argumenta que na Espanha contemporânea a visão da religião se modificou, que o catolicismo deixou de ser o referencial fundamental para os espanhóis e, portanto, seria irracional manter a enorme interferência da Igreja Católica nos assuntos do país. A ordem dos Jesuítas serve como exemplo significativo porque, com sua fidelidade especial ao Papa, inclusive fere a soberania do Estado espanhol. Para Manuel Azaña a Espanha era católica no século XVI, mas no século XX havia deixado de ser católica.

Os protestos da hierarquia e dos grupos políticos católicos são duramente criticados por Azaña, inclusive por utilizarem os evangelhos em seus discursos: “El uso más desatinado que se puede hacer del Evangelio es aducirlo como texto de argumentos políticos, y la deformación más monstruosa de la figura de Jesús como un propagandista (...) Los que salem del santuario son más certeros en sus golpes que los que nunca han entrado em él. (Azaña, apud JULIÁ, 2004, p.116)

No discurso Azaña faz questão de ponderar que o governo não tem absolutamente nenhuma restrição às questões íntimas de fé, como um Estado laico, a república tinha como missão defender a liberdade religiosa, dos católicos ou dos seguidores de qualquer outra religião

Nosotros tenemos, de una parte, la obligación de respetar la libertad de conciencia, naturalmente sin exceptuar la libertad de la conciencia Cristiana; pero tenemos también, de otra parte, el deber de poner a salvo la República y el Estado. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.118)

Por isso a separação entre igreja e Estado se torna tão importante, para garantir a liberdade para todos e o bom funcionamento das leis. Uma Espanha moderna e justa não poderia continuar seguindo um modelo medieval, de concordatas com a Igreja Católica enquanto instituição estatal e de privilégios para os agentes de Roma. O poder das ordens era visto por Manuel Azaña como uma ameaça ao Estado e à sua tão preciosa democracia. Os privilégios dos religiosos, os enormes bens da Igreja, seu controle sobre o sistema educacional foram vistos como um entrave ao desenvolvimento do país de seus sonhos.

Para Azaña a questão consistia em

Tratar desigualmente a los desiguales, porque no teniendo nosotros un principio eterno de justicia irrevocable que oponer a las ordenes religiosas, tenemos que deternos en la campaña de reforma de la organización religiosa española allí donde nuestra intervención quirúrgica fuese dañosa o peligrosa. (Azaña, 1931 apud JULIÁ, 2004, p.120).

A reforma religiosa foi aprovada, os jesuítas foram expulsos, e os católicos se tornaram adversários ferrenhos do governo Azaña, até o fim da vida foi visto como o grande inimigo do catolicismo espanhol.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Azaña foi uma figura multifacetada, atuando em diferentes áreas, conseguindo certo reconhecimento como intelectual, com livros publicados e prêmios conquistados, mas sem dúvida sua atuação mais marcante foi na política, atividade em que começou a atuar mais tarde, mas onde teve atuação destacada, se tornando referência para políticos e estudiosos.

Azaña não foi republicano desde o início de sua vida pública, começou em um partido monárquico reformista, porém foi na luta pela república e em sua defesa que ele se encontrou, a ponto de a Segunda República ser conhecida como a “República de Azaña”. Tudo o que veio antes aparece como um longo processo de preparação para sua atuação como tribuno republicano. Foi na República que Azaña deixou suas maiores contribuições para a posteridade, e sua atuação como administrador, líder, articulador e advogado do novo regime fez do seu nome muito mais conhecido do que como escritor.

Os discursos que foram estudados neste trabalho mostram um projeto de reforma do Estado voltada para a democracia e a justiça social. Uma reforma que trouxesse a modernização, que combatesse o atraso da mentalidade espanhola e que tivesse como fundamento a liberdade. O Caciquismo, o Militarismo e o Catolicismo mais radical eram os adversários identificados por Azaña, os obstáculos a serem removidos pelo novo país que nascia em 1931.

A República de Azaña era a das massas, do povo organizado na luta pela transformação. Diferente de vários intelectuais contemporâneos, ele não considerava a massa como uma turba desorganizada e perigosa, na verdade via nela a virtude do espírito revolucionário do povo, não uma revolução sanguinária, mas uma revolução transformadora, uma força de mudança vinda de baixo, que não nega a força, mas não a tem como princípio. Uma revolução que entrega o poder ao povo, legítimo dono do país, senhor do Estado.

Nos discursos aparecem as preocupações de um Azaña professoral, que convoca para a luta, mas lembra da paz; que combate os privilégios e a ingerência do clero e da Igreja na vida espanhola do início do século XX, mas que defende a religião como manifestação da fé individual; que deve ser defendida de forma radical por um Estado laico, mas justo, realmente de todos; que aprendeu a retórica e a argumentação com os jesuítas e agostinianos e as utiliza para afastar do sistema educacional de seu país essas mesmas ordens; que se define como liberal e burguês, mas que defende a revolução popular.

Em todos os discursos estudados, Azaña faz uma profissão de fé na educação, a considera o único e verdadeiro caminho para a perpetuação do regime, com os valores republicanos, democráticos por definição, sendo transmitidos às futuras gerações. Mesmo diante da evidência das limitações, da incapacidade da estrutura escolar pública em atender à enorme demanda de uma população que nunca teve acesso à educação formal, Azaña continuou utilizando sua enorme capacidade oratória para estimular o ensino público e laico, que via como condição básica para a construção de uma nova Espanha.

Reformador democrático que não titubeou em impor uma grande reforma às forças armadas, mexendo com postos de comando e soldos, enfrentando dura oposição de muitos oficiais comandantes, tudo em nome de uma modernização, de uma profissionalização das forças armadas centrada numa atuação de defesa de ameaças exteriores e não interiores, mais enxuta e fiel à República e à Democracia.

Os argumentos cortantes de Azaña demoliram seus adversários nos debates e nos comícios, mas o resultado final de sua trajetória foi a derrota, ele não conseguiu superar as diferenças entre os grupos que compunham a frente de partidos republicanos de esquerda e não teve poder para interferir no destino que se colocou diante de seu projeto quando os militares, apoiados por todo tipo de forças conservadoras tanto dentro quanto fora da Espanha, utilizaram a força para tomar o poder e foram enfrentados pelas milícias dos partidos revolucionários e dos anarquistas. Os fatos acabaram prevalecendo diante da lógica de Azaña.

A memória do líder republicano permanece viva nos dias de hoje, com muitos livros e estudos, exposições e palestras que trazem para o presente suas propostas. A atualidade de suas reflexões, a importância de suas bandeiras são inegáveis. Mesmo derrotado, morto e enterrado no exílio, Manuel Azaña sobrevive entre os espanhóis e os cidadãos de outros países que têm contato com o que disse e escreveu, pois suas propostas de democracia e justiça social continuam atuais num mundo que ainda é muito autoritário e desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sobre a História da Espanha

BUADES, Josep M. **Os Espanhóis**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORTÁZAR, F.G., VESGA, J.M. **Breve Historia de España**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VILAR, Pierre. **História de Espanha**. Lisboa: Editorial Gleba, s/d.

Sobre a República e a Guerra Civil

BEEVOR, Antony. **A Batalha pela Espanha**. São Paulo: Record, 2007.

BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola 1931-1939**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**: O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2013

JACKSON, Gabriel. **A República Espanhola e a Guerra Civil**. (2 vols), Lisboa: Europa-América, 1965.

JULIÁ, Santos. **El fracasso de La República**, In Revista de Occidente. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset, nº Extraordinário, 1981.

SANCHEZ, Francisco R. **La tensión vivida en las sesiones del Congreso de los Diputados durante el gobierno del Frente Popular**. Alcalá: Universidad de Alcalá. Departamento Historia II, 2010.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Sobre Azaña

ARIAS, Feliciano P. C. **La Historia em La obra de Manuel Azaña**. Madrid: Universidad de Mayores, 2012.

AZAÑA, Manuel. **Memórias Políticas y de Guerra**. (2 vols). Barcelona: Crítica Editorial, 1980.

JULIÁ, Santos. **Vida y Tiempo de Manuel Azaña, 1880-1940**. Madrid: Santillana, 2009.

_____. **Discursos Políticos de Azaña**. Barcelona: Crítica, 2004.

_____. **Presidente por La última vez** : Azaña en la crisis de mayo de 1937, In Alted, Alícia e Mancebo, Maria Fernanda: Manuel Azaña: pensamiento e acción. Madrid: Alianza, 1996, págs 239-256.

LEÓN, Angeles E. **Manuel Azaña**: Entre el Mito y la Leyenda. Junta de Castilla Y León: Caja Duero, s/d.

<http://www.izquierdarepublicana.com/memoria-historica>, acessado em 26 de julho de 2013.